

INSTITUTO SANTO TOMÁS DE AQUINO
Centro de Estudos Filosóficos e Teológicos dos Religiosos

Warley Alves Batista

A ARTE DE GOVERNAR EM MAQUIAVEL

Belo Horizonte

2013

Warley Alves Batista

A ARTE DE GOVERNAR EM MAQUIAVEL

Monografia apresentada ao Instituto Santo Tomás Aquino, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientadora: Prof^a. Rita de Cássia Cypriano Valladares.

Belo Horizonte
2013

B333a	<p>Batista, Warley Alves A arte de governar em Maquiável. / Warley Alves Batista. Belo Horizonte, 2013. 33f.</p>
	<p>Orientadora: Rita de Cássia Cypriano Valladares Monografia (graduação) - Instituto Santo Tomás de Aquino, Curso de Filosofia, 2013.</p>
	<p>1. Arte de governar. 2. Maquiável. 3. Liberdade. 4. Príncipe. 5. Virtude. 6. Política. I. Valladares, Rita de Cássia Cypriano. II. Instituto Santo Tomás de Aquino III. Título</p>
	<p>CDU: 1(45)</p>

Warley Alves Batista

A ARTE DE GOVERNAR EM MAQUIAVEL

Monografia apresentada ao Instituto Santo Tomás de Aquino, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Prof^a. Rita de Cássia Cypriano Valladares (Orientadora) - ISTA

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2013.

A Deus,

Senhor, obrigado porque sei que sempre estás presente em minha vida. Agradeço-te por ter me dado a vida e por guiar os meus passos, tanto nos momentos mais difíceis, como nas alegrias e conquistas.

Aos meus pais Dailva e João,

Dedico esse trabalho a vocês, por serem as pessoas mais importantes para mim e os que me ensinaram os valores da vida, da honestidade, humildade e do amor. Obrigado por serem exemplo de perfeição e dedicação para nossa família.

À Congregação Salesiana de Dom Bosco,

Inspetoria São João Bosco – ISJB, que esteve sempre unida a mim, me apoiando e encorajando. Obrigado pela confiança em mim depositada, a todas as comunidades por onde passei e, especialmente, à Comunidade São Domingos Sávio – CADOSA.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu vida e inteligência, dando-me força para caminhar em busca dos meus objetivos.

À professora Rita de Cássia Cypriano Valladares, por me orientar nesse trabalho, e pelo exemplo contínuo de dedicação a nossa Filosofia. Pelos conhecimentos a mim fornecidos, pelo aprendizado e pela dedicação, mostrando sabedoria durante o período de nossa convivência. Para mim, ser orientado por você foi uma satisfação imensa e motivo de muito orgulho. Obrigado por tudo.

A todo corpo docente do curso de Filosofia, pelos ensinamentos transmitidos. Tenham certeza de que aprendi muito com vocês e que levo em minha bagagem um pouco de cada um...

Aos funcionários do Instituto Santo Tomás de Aquino – ISTA, que deram contribuições para minha formação pessoal e profissional.

Aos meus pais, Dailva e João, que me trouxeram ao mundo e me ensinaram a não temer desafios e a superar obstáculos com humildade.

Aos meus irmãos Orlando, Ronilton, Roni Cléia e Wilian companheiros da vida toda, que sempre estiveram comigo, me apoiando e ajudando em tudo. Muito obrigado.

A toda a minha família por sempre sonharem e idealizarem a conclusão do meu curso, demonstrando alegria pela minha vitória alcançada.

A todos os meus amigos, em especial, meus colegas de faculdade, por esses anos inesquecíveis de convivência, estudos e muitos momentos eternizados, tornando a vida acadêmica mais suave e repleta de saudades já existentes em mim.

Obrigado a todos vocês por participarem desta minha etapa, pois direta, ou indiretamente, me fizeram crescer, tanto pessoalmente, quanto profissionalmente.

A filosofia é um assunto que não interessa apenas a especialistas e profissionais, porque todos os seres humanos em alguma circunstância da vida filosofam. Estamos obrigados a filosofar.

(Bochensk)

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é fazer uma análise acerca da arte de governar em Maquiavel. A metodologia utilizada foi a de revisão de literatura, onde buscou-se por meio de livros e artigos, de diversos autores, responder ao objetivo principal proposto neste estudo. Conclui-se que a arte de governar, em Maquiavel, justifica-se por si mesma e não necessita buscar fora de si uma moral que o faça, visto que seu objetivo é levar os indivíduos a viverem na mesma comunidade, de forma organizada e, se possível, em liberdade. Ressalta-se que o príncipe descrito por Maquiavel necessita ser virtuoso, posto que o filósofo não utiliza o conceito cristão de virtude, mas o conceito grego pré-socrático, no qual a virtude é vitalidade, força, planejamento, esperteza e a capacidade de se impor e profetizar, ajudando, assim, o seu povo e fazendo com que o Estado cresça e se desenvolva. O príncipe que possuir tal virtude será possuidor do seu destino, criando sua própria sorte.

Palavras-chave: Arte de governar. Maquiavel. Liberdade. Príncipe. Virtude. Política.

ABSTRACT

The aim of this study is to make a review about statecraft in Machiavelli. The methodology used was the literature review, where we sought through books and articles by various authors, responding to the main objective proposed in this study. We conclude that the art of governing, in Machiavelli, justified itself and need not look outside itself a moral to do justifying it, since your goal is to get individuals to live in the same community in an organized and if possible free, since prince seeks political stability of the position, seeking to remain so, since your goal is to get individuals to live in the same community, in an organized and if possible, free. It is noteworthy that the prince described by Machiavelli needs to be virtuous, because the philosopher does not use the concept of Christian virtue, but the pre-Socratic Greek concept, in which virtue is vitality, strength, planning, cunning and ability to impose and prophesy, thus helping its people and causing the state to grow and develop. The prince who possess such virtue is possessed of his destiny, creating your own luck.

Keywords: Art of governing. Machiavelli. Freedom. Prince. Virtue. Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nicolau Maquiavel.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MAQUIAVEL: UMA BREVE BIOBIBLIOGRAFIA	13
3 A VISÃO DE POLÍTICA NO PERÍODO DO RENASCIMENTO E O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL	18
4 MAQUIAVEL E AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Martins (1998), Nicolau Maquiavel é até hoje conhecido como grande historiador, poeta, diplomata e músico italiano. Milhares de pessoas leram e comentaram sua obra. Entende-se que as ideias de Maquiavel estão ligadas até hoje a um procedimento astucioso, velhaco, traiçoeiro. Estas expressões pejorativas sobreviveram, de certa forma, incólumes no tempo e no espaço, apenas alastrando-se da luta política para as desavenças do cotidiano.

Atualmente, Maquiavel é mal interpretado, posto que ao escrever o livro “O Príncipe”, terminou elaborando um "manual da política", que até hoje pode ser interpretado de diferentes perspectivas. Pode ser por isso que sua frase: "os fins justificam os meios", seja tão mal interpretada. Contudo, para melhor analisar e entender Maquiavel, em seu real contexto, é necessário conhecer o período histórico em que o mesmo viveu.

Conforme Xavier (1983), Maquiavel viveu durante a Renascença Italiana, o que leva a acreditarmos que este fato explica grande parte das suas ideias. Na Itália do Renascimento impera grande confusão, onde a tirania reina em pequenos principados, governados por déspotas sem tradição dinástica ou por direito contestável na época.

O objetivo geral deste estudo é fazer uma análise acerca da arte de governar em Maquiavel. Já os objetivos específicos são: conhecer a vida e obra de Nicolau Maquiavel; verificar a importância da visão política em Maquiavel; analisar as relações entre ética e política, segundo o pensador.

Este estudo justifica-se pelo fato de Maquiavel ter sido um apaixonado pelas artes e pela política. Amor que ele incorporou em cada trabalho seu e que é lembrado, até hoje, por todos aqueles que conhecem sua trajetória, fazendo com que a ética seja sempre lembrada. A partir de tal justificativa pode-se levantar a seguinte questão: O que é a arte de governar em Maquiavel?

Para tal, esse trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se uma breve biobibliografia do autor, visto que todo homem é fruto de seu tempo. No segundo, busca-se contextualizar o pensamento de Maquiavel vinculando-o com o período da Renascença. Finalmente, no terceiro e último capítulo, relaciona-se ética e política, segundo o pensamento maquiavélico.

À guisa de conclusão, tece-se algumas considerações finais sobre o tema tratado.

2 MAQUIAVEL: UMA BREVE BIOBIBLIOGRAFIA

Para melhor compreender o pensamento de Maquiavel no que se refere à arte de governar, tornou-se necessário elaborar uma breve biobibliografia do autor, visto que cada indivíduo é fruto do seu tempo.

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, no dia 3 de maio de 1469, filho do senhor Bernardo, advogado pertencente ao ramo mais pobre da nobreza toscana. Pouco se sabe a respeito dos primeiros anos de vida de Nicolau Maquiavel e de sua educação. Sabe-se, apenas, que leu muito dos clássicos latinos e italianos, mas não dominou o grego. (XAVIER, 1983).

Percebe-se que do fim da adolescência em diante, sua biografia confunde-se com a história de Florença e da Itália, da qual não pode ser desligada sob pena de não ser possível compreender-lhe o significado. Já em 1494, quando os Médicis são expulsos de Florença e instala-se o severo regime republicano do monge Savonarola (1452-1498), Maquiavel inicia-se na vida pública, trabalhando na Chancelaria, em cargos de pouca importância. Quatro anos depois, a oposição interna, sustentada pelo Papa Alexander VI (1431-1503), depõe, enforca e queima Savonarola. Maquiavel é indicado para o posto de Segundo Chanceler da República. (XAVIER, 1983).

Para Martins (1998), como funcionário permanente, Maquiavel é mero executor das decisões dos Ottimati, em nome dos quais administra os negócios e relações externas da República. É comissionado no Conselho dos Dez da Guerra e enfrenta os problemas decorrentes da decadência do imperialismo florentino em relação às cidades vizinhas, apoiadas por potências estrangeiras. Especialmente importante é a longa guerra contra Pisa, bastião comercial e principal escoadouro dos produtos de Florença.

O episódio mais marcante do conflito, de acordo com Skinner (1996) é o da participação do condottiere Paolo Vitelli, comandante das tropas florentinas. Depois de algumas vitórias significativas, Vitelli detém-se às portas da cidade inimiga, porém não desfecha o ataque final e é acusado de favorecer o rival. Alega razões de conveniência militar e nega todas as acusações de ter se vendido aos pisanos, mas, apesar dos protestos de inocência, é executado.

Figura 1: Nicolau Maquiavel.



Fonte: Moraes (1981).

A questão Vitelli, segundo Xavier (1983), suscita pela primeira vez um dos temas permanentes da obra de Maquiavel: a necessidade de organização de uma milícia nacional, formada por soldados locais disciplinados. A soberania política, pensa ele, depende de exército próprio, constituído por soldados leais e convictos de que lutam pela causa da pátria.

De acordo com Bignotto (2007), em setembro do mesmo ano do ataque frustrado a Pisa celebra-se finalmente a paz entre Florença e França, que até então apoiava Pisa, mas agora necessitava de mãos livres para dominar o reino de Nápoles. Ao mesmo tempo, a intrincada política italiana da Renascença faz com que os franceses se aliem também ao papado, pondo em xeque os interesses florentinos em Rimini, Pesaro, Urbino, Faenza e Imola. Apesar disso, em 1499, as tropas franco-florentinas atacam e sitiaram Pisa, mas não conseguem a vitória. O soberano francês Luís XIII (1462-1515) atribui o fracasso à estreiteza da burguesia de Florença, incapaz de cuidar devidamente do aprisionamento das forças. Maquiavel é enviado à corte do monarca, como assessor de Francesco Della Casa.

Para Xavier (1983), Maquiavel aprende com os franceses como era insignificante o peso de um pequeno Estado como Florença nas relações internacionais e, principalmente, que se deve confiar pouco em aliados demasiadamente poderosos. Nesse viés, outras embaixadas seriam instaladas pelo secretário florentino, junto a César Bórgia (1475-1507) e ao Papa Júlio II (1445-1513), e com ambos aprenderia também lições fundamentais sobre a ciência e a técnica da política.

César Bórgia, filho do Papa Alexander VI e poderoso condottiere, invade Faenza, em 1501, e avança sobre Florença, exigindo o retorno dos Médicis e um contrato como defensor da cidade. O território florentino do Val de Chiara se subleva e facilita a entrada do invasor. Enquanto isso, os aliados franceses hesitam em socorrer Florença. A República ameaçada envia Maquiavel, juntamente com Francesco Soderini, bispo de Volterra, para parlamentar e ganhar tempo do invasor. Finalmente, as tropas francesas decidem intervir e as forças do condottiere abandonam os territórios ocupados. (XAVIER, 1983).

O episódio tem grande importância para Maquiavel, porque foi o primeiro encontro com aquele que viria a ser o modelo de “O Príncipe” e por fazer germinar uma parte de sua produção teórica posterior.

Encarregado de fazer um relatório sobre como tratar os revoltados do Val da Chiana, Maquiavel afirma ser a história a mestra dos atos humanos, especialmente dos governantes, e que o mundo sempre foi habitado por homens com as mesmas paixões, sempre existindo governantes e governados, bons e maus súditos. Aqueles que se rebelam devem, portanto, ser punidos. Aprova a tolerância para com os habitantes do Val, mas discorda do tratamento aplicado em relação a Arezzo. (MARTINS, 1998).

As tropas de César Bórgia ainda estavam por perto e era perigoso permitir um foco de rebelião nos limites da cidade. Maquiavel acha que Arezzo deveria sofrer punição exemplar, tal como fizeram os romanos com Cartago. (XAVIER, 1983).

Para Martins (1998), nas novas condições de guerra e da política interna florentina, fortalece-se o poder executivo e Maquiavel transforma-se na eminência parda do regime, com a designação de Piero Soderini para o cargo de gonfaloneiro. Em 1503, Maquiavel é designado para nova missão junto a César Bórgia e com ele passa uma temporada de três meses.

O filho do Papa Alexander VI representa, para Maquiavel, o homem providencial, capaz de unir a Itália, opondo barreiras às intervenções estrangeiras. A reflexão sobre o destino de César Bórgia estará, assim, sempre presente em seu espírito, ao elaborar, sob forma teórica, a prática política vivida. O tema da distinção entre meios e fins políticos, do ponto de vista ético, a arte do governo e o projeto de unificação italiana, inspirar-se-ão na vida e nos atos do condottiere. (BIGNOTTO, 2007).

Uma nova fase da guerra contra Pisa encontra Maquiavel transformado em propugnador das milícias locais, formadas por elementos não mercenários. Depois de vencer a resistência dos cidadãos à ideia, consegue vê-la transformada em realidade, com a criação das Nove Milícias sobre a Preparação Militar Florentina, na qual afirma que os Estados e governantes dependem de dois fatores principais: justiça e armas.

Por justiça, Maquiavel entende um conjunto de boas instituições, mantenedoras da ordem e da estabilidade sociais, bases sobre as quais possam ser construídas as virtudes cívicas. Florença não tem nem armas nem justiça, mas poderia possuir ambas com a criação da Milícia Nacional, capaz de originar a transformação moral dos florentinos. (XAVIER, 1983).

Outro tema típico de Maquiavel, afluído no Discurso, é o da religião como ideologia, onde o mesmo dá ênfase à necessidade dos soldados receberem cuidadosa preparação religiosa, a fim de se tornarem mais obedientes.

A despeito da criação das milícias e de todo o empenho de seu chanceler, a carreira política de Maquiavel estava para sofrer sério abalo. Enquanto Florença alia-se aos franceses, o papado inclina-se pela Espanha e a oposição de interesses tem como resultado a derrocada dos governantes da cidade.

Conforme Martins (1998), um pequeno exército cerca Florença e, ao mesmo tempo, eclode um levante interno pelo retorno dos Médicis. O gonfaloneiro Piero Soderini é destituído do poder e Maquiavel não tem mais lugar nessa nova ordem social. É preso, torturado, acusado de sedição e confinado em sua propriedade particular de San Casciano.

De acordo com Moraes (1981), em San Casciano, Maquiavel procura reconquistar os favores da família que reassumira o poder; escreve O Príncipe e o dedica a Lourenço de Médicis. Não atinge o intento na extensão desejada, mas, de qualquer forma, consegue voltar para Florença.

Segundo Martins (1998), nesse período de exílio, são os Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio, talvez a mais importante de suas obras, do ponto de vista estritamente científico. Escreve também um poema chamado O Asno, um agradável conto, O Demônio que se casou, também conhecido como Belfagor, e a comédia teatral A Mandrágora, obra-prima do teatro italiano.

Segundo Xavier (1983), em 1520, redige o diálogo A Arte da Guerra e, logo depois, a Vida de Castruccio Castracani, uma espécie de biografia romanceada do condottiere Lucano, no qual vê a figura ideal, como já tinha visto em César Bórgia, do novo príncipe, necessário para a unificação da Itália.

No mesmo ano torna-se historiador oficial da República, função para a qual é indicado pelo Studio, Universidade de Florença. Escreve o Discurso, endereçado ao Papa Leão X (1475-1521), da família dos Médicis, no qual aconselha o pontífice a restaurar as antigas liberdades das Histórias Florentinas, obra de grande extensão, da qual oferece oito volumes, em 1525, ao novo papa, Clemente VII (1478-1534), também da família dos Médicis. Compõe uma comédia, Clizia, imitação livre da Casina de Plauto, satirizando o seu próprio caso amoroso com a cantora chamada Bárbara. Maquiavel estava casado, desde 1501, com Marietta Orsini, que lhe deu cinco filhos, mas não foi um marido inteiramente fiel. (XAVIER, 1983).

A vida amorosa, no entanto, não era o mais importante. Ele amava, sobretudo, a cidade que o viu nascer e os assuntos de Estado. Por isso, continua fazendo o possível para voltar à vida pública, da qual tinha sido excluído, em 1513. A oportunidade chega em 1526, quando é nomeado secretário dos Cinco Provedores das Muralhas, cargo no qual deveria cuidar das fortificações da cidade e tratar da defesa em geral. (XAVIER, 1983).

De acordo com Skinner (1996), em 1527, o saque de Roma pelas forças do imperador Carlos V (1500-1558), do Sacro Império Romano-Germânico, liberta Florença do jugo dos Médicis. O acontecimento é saudado por Maquiavel, que via nele a possibilidade de voltar ao comando da chancelaria. Mas os novos poderosos da República esqueceram-se do amor que ele sempre teve pela cidade e por sua liberdade. Foi o último de seus desapontamentos e o mais profundo. Não resistindo, torna-se presa fácil da doença e falece no dia 21 de junho de 1527, com 58 anos de idade.

3 A VISÃO DE POLÍTICA NO PERÍODO DO RENASCIMENTO E O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Para melhor compreensão do tema aqui elencado para análise, tornou-se necessário promover uma pesquisa bibliográfica acerca da definição de política através dos tempos.

Iniciaremos abordando o conceito de política idealizado por esse pensador. Maquiavel define política como sendo toda ação humana relacionada ao poder. Assim sendo, política é a habilidade de executar estratégias que tenham por fim a conquista e a manutenção do poder.

Veremos que todas as ações apontadas estão relacionadas com o princípio de dominação e visam à conquista e à manutenção do poder. Dessa maneira, desenvolver-se-á o objetivo maior da política.

O termo política é polissêmico e, segundo Abbagnano (2000), pode significar “a doutrina do direito e da moral; a teoria do estado; a arte ou a ciência do governo; o estudo dos comportamentos intersubjetivos”. (ABBAGNANO, 2000, p. 773).

Segundo Ferreira (1998), a política significa: prática e arte do governo das sociedades humanas; civilidade; astúcia no trato comercial ou de outra natureza; habilidade em lidar com outrem. De acordo com tal definição, pode-se dizer que a compreensão de política é de certa forma resultado da ideia surgida com os gregos e romanos e fortemente influenciada pela concepção maquiavélica.

De acordo com Gomes (1989), no que diz respeito aos termos de organização política, uma das perguntas que nos vem à mente é a que tange à problemática do Estado. Mas, ao se falar de Estado, no Renascimento, deve-se possuir um determinado cuidado. Tal época foi um momento de transformações na história e nela uma série de conceitos desaparecem e outra série começa a se formar.

Conforme Gomes (1989), a ideia de um estado formado por uma burocracia, um corpo impessoal de funcionários, embora tenha começado a surgir na Renascença, ainda não está bem definido nessa época. A figura do soberano ainda é muito presente e ela consegue conviver com uma burocracia estatal, em formação, durante algum tempo.

Os próprios indivíduos, segundo Gomes (1989), não possuíam uma ideia clara do país em que viviam. Isto não é de surpreender levando-se em conta a dificuldade de se estabelecerem fronteiras e pela impossibilidade do poder central

controlar todas as áreas a ele submetidas. É claro que tais elementos dificultavam, sobremaneira, que a concepção moderna de Estado se consolidasse na Renascença.

Contudo, de acordo com Bianchi (2007), o certo é que não se pode ver a organização política renascentista como uma mera continuidade em relação à Idade Média. A mudança da representação de mundo dos renascentistas acompanha uma mudança na estrutura sócio-política da Europa.

Como se encontrava a Itália de Maquiavel no quadro das estruturas europeias? Para Cortina (2000), ao responder a tal pergunta tem-se que ter em mente que, no Renascimento, a Itália ainda não era um estado unificado. A mesma era composta por uma série de cidades-estado que guardavam sua autonomia político-administrativa. Apesar desta ausência de unificação, a Itália exerceu grande influência no quadro político europeu da Renascença. Isto se deu não só por ter sido motivo de vários conflitos entre nações que aspiravam dominar-lhe o território, como pela própria influência que exerceram algumas de suas cidades.

O Renascimento, conforme Cabral (2012) trouxe uma série de inovações no campo cultural. Uma delas foi desenvolvida por Maquiavel, que procurava fundamentar sua Filosofia Política tendo em vista a dominação dos homens. Essa pretensão tinha como modelo as ciências naturais, que estavam em plena descoberta, estabelecidas por Galileu e com o próprio ideal renascentista de domínio da natureza.

Maquiavel, para Cabral (2012), pretendia que essa forma de conhecimento fosse aplicada também à política, tomada como ciência do domínio dos homens e que tinha como pressuposto uma natureza humana imutável. Para ele, se há uniformidade nas leis gerais das ciências naturais, também deveria haver para as ciências humanas. Isso foi necessário para manter a ordem dentro do Estado burguês, então nascente, que precisava desenvolver suas atividades e prosperar.

O problema para Maquiavel, conforme Cabral (2012), entretanto, é saber a quem serve a ciência política e o que fazer para se manter no poder. Apesar de, obviamente, ser um defensor da burguesia, não se sabe ao certo qual a sua preferência de forma de governo. Mesmo assim, ele tende ora para a República, ora para a Monarquia.

Para ele, essa questão é secundária, pois a sua concepção de história era cíclica e os governos sempre se degeneravam: da monarquia à tirania, desta à

oligarquia e à aristocracia, que, por sua vez, recaíam na democracia, que, enfim, só terá solução com um ditador. Isso acontece porque os seres humanos têm uma essência universal: é o desejo de poder e os vícios a que são acometidos os homens que fazem com que o governo se degenere.

De acordo com Carvalho (1986), a diferença entre Maquiavel e os outros cientistas naturais é que estes, ao publicarem suas obras, não constrangem a sociedade de modo geral, enquanto a obra de Maquiavel causa tal constrangimento, ainda que seja usada por todos os políticos de todos os tempos.

Percebe-se que, na Renascença, segundo Gomes (1989), além de uma diferente forma de organização socioeconômica, tem-se uma outra ideia de homem e uma outra concepção de organização do mundo humano, onde o indivíduo, neste período, não mais se vê como ocupando um lugar fixo na ordem do mundo.

Com isso, conforme Kanoussi (2003), nas cidades italianas pode-se perceber um exemplo de como se constituiu a política do Renascimento. Mesmo não conseguindo sua unificação nesta época, a Itália serve como um bom referencial quando se tenta pensar a maneira como a política se enquadrava no pensamento renascentista.

Contudo, para Burckhardt (1973), uma destas cidades deve chamar mais atenção: Florença. Além de ser a terra natal de Maquiavel, Florença era “o maior centro industrial e bancário da península.” (BURCKHARDT, 1973, p. 65). Tal posição a colocava em destaque com relação a outras cidades italianas e a experiência política de Maquiavel se dará no convívio diário do universo político florentino. Este universo, por sua vez, refletiu muito das querelas que se davam no todo da política na Itália do renascimento.

Deve-se aqui salientar que a expansão em Florença não se deu apenas pelo uso de armas. Em sua maioria, as cidades anexadas ao território florentino foram compradas. Isto foi muito facilitado pelo fato de ser Florença, um centro industrial e bancário.

De acordo com Gomes (1989), em grande medida foi em Florença que se elaboram os modelos de uma série de coisas que os italianos e os europeus fizeram. Foi servindo como paradigma que esta cidade italiana esteve no centro de uma série de convulsões na política italiana e foi um lugar privilegiado para Maquiavel refletir sobre a política. Por mais que não tenha se constituído num

Estado, no sentido moderno do termo, Florença foi uma espécie de escola pela qual se pautou a Itália.

Foi em Florença que nasceu Maquiavel e é a partir de sua política que este pensador elaborou suas ideias. A cidade era um palco de tensões em uma época de mudanças. Estas tensões conseguem espelhar não só a história da cidade propriamente dita, mas também apreendem as modificações que se operavam na Europa.

O mundo em que Maquiavel viveu, pertencendo ao renascimento e vivendo em Florença, permite que suas obras transmitam a exigência que era imanente a toda Renascença: pensar sobre novas bases. No caso de Maquiavel, tais bases pretendem fundar o político como algo autônomo, onde a questão do poder passa para o primeiro plano. Num mundo que não tem mais centro fixo, só a ação humana pode manter um certo equilíbrio no jogo de forças tal como é a política concebida por Maquiavel. (GOMES, 1989).

Assim, segundo Gomes (1989), a originalidade de Maquiavel estaria em grande parte na forma como lidou com essa questão moral e política, trazendo uma outra visão ao exercício do poder, outrora sacralizado por valores defendidos pela Igreja. Considerado um dos pais da Ciência Política, sua obra, já no século XVI, tratava de questões que ainda hoje se fazem importantes, a exemplo da legitimação do poder, principalmente se considerarmos as características do solo arenoso que é a vida política.

Para melhor entender as relações estabelecidas por Maquiavel entre Moral e Política, tornou-se necessário proceder a uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, que será apresentada a seguir.

4 MAQUIAVEL E AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA

Segundo Gomes (1989), quando Maquiavel elabora a sua obra, os referenciais greco-medievais estão sendo colocados em questão. O poder político funda a si mesmo e não há nenhum fim ao qual ele deva atingir, a não ser a dominação dos homens. Os homens, ou se conquistam ou se exterminam, e no exercício do poder, o príncipe se impõe sobre os homens que não tendem, naturalmente para a vida associativa.

É necessário notar, então, que o florentino parte de um pressuposto antropológico completamente diferente do de Aristóteles. Para Maquiavel, os homens não têm propensão para a vida política e, sendo assim, esta tem que ser instaurada e seria um engano acreditar que essa posição de Maquiavel está ligada somente ao governo monárquico do príncipe.

Com isso, a natureza humana é má e, para o florentino, no momento da elaboração das leis, o legislador deve partir deste pressuposto. É importante notar que o Maquiavel que escreve estas linhas é o republicano e não o defensor do regime principesco. (GOMES, 1989).

De acordo com Silva (2013), a partir de Maquiavel a política desvinculou-se da ética. Tal assertiva costuma ser fundamentada com trechos de “O príncipe”, em que o autor assevera que sua obra não tem compromisso com as coisas como elas deveriam ser, mas sim como elas são de fato.

Causa estranheza, em princípio, a afirmação de que a política separou-se da ética em Maquiavel, pois o autor não introduz um *modus operandi*, mas, ao contrário disso, traz à evidência, sempre com riquíssimos exemplos históricos, o *modus operandi* que, através dos tempos e dos reinados, revelou-se mais eficiente, no que concerne à tomada e à manutenção do poder. Ou seja: Maquiavel não separa a política da ética, apenas mostra, exemplificando com fatos históricos, que a política prevalente sempre esteve separada de fato da ética cristã. Ele mesmo diz que trata a política como ela é, logo, debruça-se sobre uma realidade que se lhe apresenta pronta, não que é criada por ele. (SILVA, 2013).

Parece muito mais consentâneo, com o texto de Maquiavel, asseverar que o autor, no campo teórico, separa a política da hipocrisia. Diz-se que a separação ocorre apenas no campo teórico porque, apesar da franqueza com que são tratados os assuntos concernentes à condução do principado, Maquiavel recomenda ao

príncipe que, na prática cotidiana, aparente todas as virtudes que se espera dele, mesmo que suas ações ocorram em oposição a elas. É mantida, portanto, a hipocrisia na prática cotidiana da política, apesar da abordagem sincera no campo teórico.

Para Silva (2013), Maquiavel percebe que a ética do príncipe nas relações de Estado não é, e nem poderia ser, igual a ética cristã, que o indivíduo utiliza para dirigir a si mesmo singularmente. Para o indivíduo, a ética cristã funciona validamente, haja vista que está inserido em um sistema de regras que privilegia as condutas positivas e desestimula as negativas.

O príncipe, contudo, segundo Silva (2013), está acima desse sistema, de modo que suas ações não serão premiadas ou castigadas, segundo regras instituídas previamente, mas terão como juízes supremos apenas os resultados que delas advenham, de modo que a ética do príncipe deve se guiar segundo a repercussão desses resultados, que, resumidamente, são a tomada e a manutenção segura do poder.

Para Amaral (2013), hodiernamente, sabe-se que a ética não é uma só: há uma ética entre os cristãos; os muçulmanos também possuem a sua própria ética; há também uma ética particular entre os detentos das penitenciárias; há códigos de éticas específicos para determinados grupos profissionais e assim por diante.

Maquiavel, já no início do século XVI, teve a clareza de perceber que a ética não é uma só, que a ética dos príncipes era uma que funcionava especificamente para aquele grupo de homens, e que seguir uma outra ética em detrimento dela, conforme comprovava a história, era garantia de desastre para a tomada e a manutenção do poder. (AMARAL, 2013).

Para Silva (2013), isso não quer dizer, necessariamente, que Maquiavel refute ou negue as outras formas possíveis que a ética assume segundo o grupo social em que ela se manifesta. Ele apenas recomenda que o príncipe utilize a ética que, segundo a história, melhor funciona para os seus objetivos máximos, que são a tomada e a manutenção do poder.

Assim, vê-se um Maquiavel que não é antiético, mas que, em detrimento da ética cristã, recomenda a ética que reputa condizente com a condição de governante.

De acordo com Amaral (2013), entende-se que a grande polêmica que envolve o pensamento de Maquiavel, diz respeito às relações entre ética e política

estabelecidas pelo filósofo. Maquiavel, como um típico homem do Renascimento, construiu sua filosofia política partindo da rejeição completa ao legado ético cristão, formulando suas ideias de uma maneira absolutamente antitética à tradição medieval.

A filosofia cristã, legada pela Idade Média ao Renascimento, concebia o homem como um ser temporal, de vocação social, dotado, porém, de uma destinação extraterrena, isto é, como um ser que vive naturalmente em sociedade, subordinado à lei positiva, mas que deve, antes de mais nada, obedecer à lei natural, colocada acima da própria autoridade do Estado, e que este não deve contrariar, pois ela emana da própria lei eterna. (SCOREL, 1979, p. 93).

Maquiavel não reconhece esta subordinação do Estado a valores espirituais, valores transcendentais. Não reconhece também que o homem possua direitos naturais, anteriores à constituição da sociedade. Ao contrário, em estado de natureza, o homem vive nivelado aos animais, desconhecendo quaisquer noções de bem ou de mal, de justiça ou injustiça.

Desta forma, Maquiavel afirma que a moral e a justiça não preexistem ao Estado, mas dele resultam em obediência às condições e exigências sociológicas. Tanto a moral, quanto a justiça, são subprodutos sociais, nascidos do instinto de conservação e da necessidade do Estado de manter a ordem social. (AMARAL, 2013).

Segundo Aranha (1993), as normas éticas, como também as leis positivas, a educação e a religião, são meios a que recorre o Estado para instaurar, coercitivamente, bons costumes na sociedade, para dirigir, no sentido do bem comum, o egoísmo individual ou para dar forma de moralidade e justiça à fundamental amoralidade da maioria.

Verifica-se, entretanto, que em Maquiavel não há nenhum antagonismo entre moral e política e, também, não há nenhuma distinção entre moral privada e moral pública, pois ambas coincidem num mesmo objetivo, que é o bem da comunidade, ou pelo menos o bem do príncipe, o que significa o bem do Estado. (SCOREL, 1979).

Os problemas entre moral e política só surgem quando determinados objetivos políticos exigem a adoção de medidas condenáveis pela consciência moral, em nome de valores ou princípios que transcendem a jurisdição temporal do Estado.

Para entender melhor tal questão, necessita-se observar a distinção apresentada pelo filósofo entre "ação virtuosa" e "ação moral". Ação moral é toda ação, manifestamente, útil à comunidade, ação imoral é aquela que só tem em vista a satisfação de interesses privados e egoísticos.

De acordo com Gramsci (1978), a virtú, ou a ação virtuosa não consiste, de modo algum, em agir segundo uma ideia abstrata de bem, desinteressando-se de suas repercussões práticas. A virtú consiste em saber aproveitar a ocasião proporcionada pela "fortuna", avaliando, de uma maneira consciente, a situação e as possibilidades de ação, para, em seguida, escolher os meios mais adequados para transformar em realidade a decisão tomada.

Com isso, encontra-se diante de um novo conceito de virtú, que nada tem em comum com o conceito medieval de submissão do homem à vontade de Deus, renúncia ao mundo terreno e glorificação do mundo contemplativo. Segundo Maquiavel, o homem virtuoso é aquele que enfrenta os maiores perigos, suporta e vence as adversidades.

Para Aranha (1993), a virtú tem o direito de lançar mão de todas as armas possíveis para sobrepujar a "fortuna" (destino). O homem virtuoso não é aquele que se submete a razões superiores ou que confia a uma justiça abstrata ou a Deus ou, ainda, as suas orações, a solução dos conflitos que trava com o mundo. Mas é aquele que ajusta as suas ações, que observa as suas capacidades e age com obstinação. Será bem sucedido aquele que conseguir agir segundo as exigências do momento, segundo as peculiaridades de cada situação de fato. Ora com prudência, ora com ímpeto, ora com violência, ora com arte, ora com paciência, ora com impaciência. Em outras palavras, o indivíduo deve agir segundo a necessidade, que, em última instância, é criada pelos fatos concretos.

Para Maquiavel, não há uma conduta a priori boa ou a priori má. Ao encarar a política como uma técnica, o julgamento das ações do governante só pode se dar a posteriori, em função de sua eficácia na prática, seja ela conquistar o poder, conservar o poder ou promover o bem coletivo.

Segundo Aranha (1993), o conceito de Maquiavel de virtú prescinde, de modo absoluto, de qualquer critério moral de avaliação do comportamento humano. O que importa para ele é observar se determinada ação era adequada à situação dada e se ela alcançou a finalidade desejada. Em última instância, a virtú pode ser

considerada como a capacidade pessoal de afirmar nossa liberdade frente à fortuna, frente ao destino.

Não obstante, nada impede que a ação virtuosa possa também revestir-se de moralidade e, para tanto, seu autor deve agir, eficazmente, segundo exigir a ocasião, mas visando a realizar o bem da comunidade e não o prazer egoísta de seu bem pessoal.

Segundo Amaral (2013), apesar de ser um pessimista no que diz respeito ao que seja o ser humano, Maquiavel acredita na existência de indivíduos dotados de uma virtú superior, capazes de agir moralmente, isto é, indivíduos capazes de sobrepor o bem comum ao próprio bem, consagrando-se integralmente ao bem da pátria.

Cabe aqui salientar que a esmagadora maioria dos homens não tem outro propósito em mente senão a satisfação de seus interesses particulares, desprovida que é de virtú e de moralidade. Daí a necessidade da lei (e das sanções) como elemento educativo da sociedade, fazendo com que o próprio indivíduo sacrifique seu egoísmo em função da observância dos interesses do grupo social a que pertence, a ponto de conceber como bem próprio o bem coletivo.

Em síntese, segundo Amaral (2013), a concepção moral de Maquiavel não admite a existência de um Bem ou um Mal pré-existentes aos atos humanos, mas admite a existência de atos bons ou maus conforme observem ou não o bem da coletividade. Portanto, a Moral, em Maquiavel, perde sua autonomia e sua transcendência e é integralmente absorvida pela Política. A antinomia que, desde a Antiguidade, existiu entre Moral e Política resolveu-se a favor desta última.

Para Amaral (2013), Maquiavel concebe a atividade política como uma atividade completamente situada fora dos limites da Moral, que tem leis e regras próprias. Ao fazer isto, ele corta para sempre as amarras de subordinação teológica e moral, com que a Idade Média atara o poder temporal e recusa-se a reconhecer qualquer valor superior à autoridade do Estado, fonte suprema da Justiça e da Moral.

Conforme Gramsci (1978), a concepção de Maquiavel da política como uma atividade autônoma e soberana, completamente afastada das questões religiosas, avessa e independente com relação à tradição da moral cristã, criadora de sua própria ética empírica e utilitarista, cujo valor de virtude pode ser resumido em agir segundo as exigências do momento, utilizando-se de quaisquer recursos que

concorram, com eficácia, para a manutenção do bem coletivo. Maquiavel destaca-se por estabelecer uma completa separação entre Política e Ética, privilegiando a primeira e tomando a segunda como seu subproduto. Apresenta-se, sem sombra de dúvida, como arrojada inovação frente ao pensamento político anterior. Com isso, angaria inúmeros opositores.

Para Amaral (2013), a forte oposição teórica ao pensamento de Maquiavel se sustenta exatamente no princípio de que o homem, em sua natureza, possui valores extra políticos, e que estes valores são de uma hierarquia espiritual superior e por isso, a política e, em consequência o Estado devem se submeter a estes critérios éticos que são absolutos e transcendentais.

Entende-se, segundo Amaral (2013), estar diante da histórica contraposição existente entre uma ética de valores transcendentais e as exigências da prática política. E, para melhor compreendermos este dualismo, assim como os dilemas de consciência do homem íntegro, temos que ter presente o fato de que coexistem em nós, tanto as imposições práticas da vida do Estado, e isto quer dizer, tudo que envolva a conquista e manutenção do poder, quanto os valores transcendentais da ética cristã da salvação, que cobra do homem o sacrifício de todas as vantagens mundanas e das glórias terrenas, cujo preço seja a violação de quaisquer desses valores transcendentais.

Percebe-se a divisão entre os imperativos da ética cristã e as exigências da competição política ou da defesa do Estado. Observando a postura dos governantes dos vários principados, nos quais a Itália estava dividida, e observando a postura corrompida dos mais altos mandatários da Igreja, Maquiavel, de uma maneira radical, registra o fim do antagonismo entre Ética e Política, ao romper, em definitivo, com uma ética de valores transcendentais à realidade histórica do Estado. Ética esta que se imporia ao governante, que, ou bem governaria, segundo as exigências do mundo concreto, ou bem obedeceria aos imperativos de valores transcendentais.

Para Escorel (1979), agir segundo o imperativo ético leva ao insucesso político, pois a atividade política, por sua dinâmica, impõe aos que a praticam uma maleabilidade adequada aos imperativos da realidade histórica. Ou seja, uma capacidade de adaptação e improvisação proporcional às variações frequentes da situação de fato a enfrentar.

Observando de perto a realidade da prática política de seu tempo, Maquiavel descreve os fatos. Opta por não ser um homem cindido. E isto torna seu pensamento inaceitável para todos, ou pelo menos para quase todos.

Conforme Amaral (2013), o compromisso com a verdade, com a descrição da prática política naquilo que ela é, sem maquiagem, talvez tenha mostrado a Maquiavel a impossibilidade de equacionar os problemas advindos da relação entre uma ética constituída "a priori" e a prática política. Talvez Maquiavel tenha percebido que, em se tratando de prática política, a postulação de valores éticos constituídos "a prioristicamente", neste caso, valores éticos cristãos, só dificultam as tomadas de decisões por parte do governante.

Mas isto é pura especulação, o fato é que o pensamento de Maquiavel reflete, de uma maneira extremamente fiel, as tendências fundamentais de sua época: a formação embrionária, através da constituição dos principados italianos, das monarquias absolutas, que postulavam a realização da prática política de característica secular e a decadência da moral tradicional, cujo bastião era a Igreja Católica, corrompida em seus valores, à mercê de críticas violentas quanto às suas práticas.

Apesar de ter sido extremamente criticado durante quatro séculos, o mérito de Maquiavel, sem dúvida alguma, encontra-se no fato de ter, de uma maneira bastante aguda, posto a nu, a prática política. O fato de haver estabelecido uma discussão sobre o problema político sem mascará-lo através de subterfúgios doutrinários, ou mesmo através de construção utópica, fez com que Maquiavel lançasse as bases da Ciência Política Moderna. (AMARAL, 2013).

Por fim, de acordo com Amaral (2013), os críticos e opositores de Maquiavel afirmam que seu erro fundamental encontra-se na não-postulação de um substrato ético transcendente para regular a conduta humana. Mas aos nossos olhos, a postulação de uma única ética, aquela vinculada às necessidades do Estado, é tão absurda quanto a aceitação da existência de duas éticas: uma que rege a vida privada e outra que rege a vida pública.

A política, de acordo com Silva (2013), quando tratada por Maquiavel, resume-se ao conjunto de ações que têm como objetivo precípua a tomada e a manutenção do poder. É de fundamental importância salientar, no entanto, que a manutenção e tomada do poder perseguidas com ações desvinculadas da ética cristã não são um fim em si mesmo e nem um fim alheio ao bem comum dos súditos.

O próprio Maquiavel esclarece o porquê de o príncipe colocar a tomada e manutenção do poder no topo das suas prioridades, ainda que isso aparente ser a prática eventual de uma mal isolado.

Para Silva (2013), cada príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel. Não obstante isso, deve ter o cuidado de não usar mal essa piedade. César Bórgia era considerado cruel; entretanto, essa sua crueldade tinha recuperado Roma, logrando uní-la e pô-la em paz e em lealdade.

Amaral (2013) mostrará ter sido ele muito mais piedoso do que o povo florentino, o qual, para fugir à pecha de cruel, deixou que Pistóia fosse destruída. Um príncipe não deve, pois, temer a má fama de cruel, desde que por ela mantenha seus súditos unidos e leais. Ele será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam acontecer as desordens das quais resultam assassínios ou rapinagens: porque estes costumam prejudicar a comunidade inteira, enquanto aquelas execuções que emanam do príncipe atingem apenas um indivíduo.

Com isso, há que se observar que as regras de conduta exigidas pela política não estariam previamente postas como em um receituário. Não haveria um roteiro, que uma vez seguido levasse sempre ao mesmo resultado, pois os objetivos perseguidos pelo príncipe dependem em parte de suas ações, mas em parte da boa fortuna (sorte, conjuntura favorável).

Dessa forma, segundo Silva (2013), apesar de o príncipe ter um conjunto de critérios a guiar suas ações, caberia a ele saber utilizá-los, ou não, segundo as circunstâncias de cada caso concreto. O príncipe deveria dosar a intensidade de suas ações, escolher entre as muitas práticas possíveis, manobrar as circunstâncias, de modo a orientá-las a seu favor, mesmo que, inicialmente, a fortuna não lhe tenha sido grata.

Para Silva (2013), tal habilidade do príncipe de manobrar as circunstâncias, escolher a ação adequada de acordo com o caso concreto, modular a intensidade da conduta, forjar as conjunturas favoráveis, mesmo contra a boa fortuna, estar sempre preparado para aproveitar as oportunidades eventuais, é o que Maquiavel chama de virtú.

De modo extremamente resumido, é possível dizer que a virtú, em Maquiavel, assemelha-se à astúcia que os gregos tão bem descreveram como uma das principais características do mítico Ulisses, Rei de Ítaca. Para melhor compreensão,

o mito de Ulisses, representa a exaltação do homem inteligente, ávido de conhecimento, que chega às portas do grande mistério da existência humana.

Desta forma, conforme Gomes (1989), a ordem da sociedade, em Maquiavel, depende de um Estado forte e unificado. A existência deste é que garante que as virtudes tenham lugar numa comunidade e não ao contrário, ou seja, não são as virtudes que fundam um bom Estado e sabe-se que o exemplo italiano está presente todo o tempo nas reflexões maquiavelianas.

Segundo Gomes (1989), para o florentino, mesmo sendo um republicano, era necessário um poder forte e centralizado para conseguir a unificação de seu país. É por isto que no último capítulo de “O Príncipe” ele clama por um redentor que deverá ter a virtú suficiente para realizar a unificação da Itália, a partir da instauração do poder político. Não adiantaria a este príncipe se pautar pelos padrões da moralidade comum, pois esta ou só funciona fora dos limites da política, ou só tem valor dentro de um estado organizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nicolau Maquiavel passou sua vida inteira dedicando-se ao estudo da filosofia política, porém, de uma forma bem diferente de outros filósofos, pois buscou investigar a política pela política, sem utilizar conceitos morais, éticos e religiosos para justificar seus estudos.

Nas obras elaboradas por Maquiavel surgem, de forma clara, reivindicações históricas, visto que o filósofo visa a transformação e recriação de uma nação italiana, com inspiração na República Romana. Nesse contexto, o mesmo busca, na origem latina da Itália, as bases para seus estudos políticos.

Com a finalidade de unir mais uma vez a Itália, como uma nação republicana nos padrões romanos, o filósofo busca um príncipe que possa agrupar e dirigir os diversos pequenos estados em que está fragmentada a Itália naquela situação.

Conclui-se que a arte de governar, em Maquiavel, justifica-se por si mesma e não necessita buscar fora de si uma moral que o faça, visto que seu objetivo é levar os indivíduos a viverem na mesma comunidade, de forma organizada e, se possível, em liberdade. Ressalta-se que o príncipe descrito por Maquiavel necessita ser virtuoso, posto que o filósofo não utiliza o conceito cristão de virtude, mas o conceito grego pré-socrático, no qual a virtude é vitalidade, força, planejamento, esperteza e a capacidade de se impor e profetizar, ajudando, assim, o seu povo e fazendo com que o Estado cresça e se desenvolva. O príncipe que possuir tal virtude será possuidor do seu destino, criando sua própria sorte.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1014p.
- AMARAL, Márcia do. **Maquiavel e as relações entre ética e política**. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/AMARAL_Marcia.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna, 1993.
- BIANCHI, Álvaro. Croce, Gramsci e a autonomia da política. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, v. 29, p. 15-30, 2007.
- BIGNOTTO, Newton. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a nova reflexão política. In: MAINKA, Peter Johann (Org.). **A caminho do mundo moderno: concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico**. Maringá: EDUEM, 2007.
- BURCKHARDT, J. **O renascimento italiano**. Tradução Antônio Borges Coelho. Lisboa: Martins Fontes, 1973.
- CABRAL, João Francisco Pereira. **Maquiavel e seu pensamento político**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/filosofia/maquiavel-seu-pensamento-politico.html>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- CARVALHO, E. M. **O pensamento vivo de Maquiavel**. São Paulo: Martin Claret, 1986.
- CORTINA, A. **O Príncipe de Maquiavel e seus leitores: uma investigação sobre o processo de leitura**. São Paulo: UNESP, 2000.
- SCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda. **Dicionário Aurélio Básico: Jornal do Comércio**. São Paulo: Nova Fronteira, 1998.
- GOMES, João Carlos Lino. **Maquiavel e a moderna concepção do político**. Dissertação (Mestrado). 1989. 119 p. Universidade federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KANOUSI, Dora. Maquiavel nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 139-146.

MARTINS, Carlos Estevan. Maquiavel vida e obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**: escritos políticos. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1998. (Os Pensadores).

MORAES, Lauro Escorel de. Maquiavel e o pensamento político. In: **MAQUIAVEL**: um seminário na Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Luciano Olavo da. **Ética e Política no Pensamento de Maquiavel**. Disponível em: <http://www.lucianoalavo.com.br/filosofia/etica_politica_maquiavel.html>. Acesso em: 10 set. 2013.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

XAVIER, Lívio. **O príncipe**: escritos políticos. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.